

“A cultura de Santa Catarina é reconhecida nacionalmente”

Luciane Carminatti, presidente da Comissão de Educação e Cultura da Alesc

Deputada estadual no quarto mandato e presidente da Comissão de Educação e Cultura da Alesc, Luciane Carminatti (PT) não se desliga das causas estadualizadas que marcam sua atuação no Parlamento, especialmente nas questões educacionais e culturais. Nesta entrevista à Coluna, ela comenta sobre os desafios atuais nestas duas áreas em Santa Catarina.

Pelo Estado - E como a senhora avalia a situação da cultura do Estado hoje?

Luciane Carminatti - A cultura de Santa Catarina é reconhecida nacionalmente, é um setor muito atuante e protagonista, que inclusive foi fundamental na articulação da lei Aldir Blanc, da PNAB, que lutou muito para que pudéssemos ter em Santa Catarina o PIC, que é o Programa de Incentivo à Cultura, que ao longo dos anos vem sofrendo muito com o troca-troca de presidentes da Fundação, o que faz com que as políticas sejam sempre interrompidas. Nós temos uma estrutura extremamente reduzida na Fundação, e isso é muito prejudicial. O governo federal atualmente está mandando muitos recursos para Santa Catarina, só na PNAB foram mais de R\$ 100 milhões para o Estado e para os municípios, mas a estrutura de pessoal (na Fundação Catarinense) continua a mesma. Servidores são muito dedicados, comprometidos, porém estão sobrecarregados, o que inviabiliza por demais a agilidade e a execução dos projetos. Para ter uma ideia, o PIC está com 9 meses de atraso. A Fundação Catarinense de Cultura tem um prazo de 90 dias para fazer a etapa de análise de projetos e, em caso de incongruências ou dúvidas, ela pode diligenciar os proponentes. Estamos em setembro de 2024 e a FCC ainda está avaliando projetos de janeiro de 2024, o que inviabilizou quase totalmente projetos que tinham o prazo de execução ainda esse ano.

Pelo Estado - Quais seriam os maiores desafios que a cultura no Estado?

Luciane Carminatti - Eu penso que um desafio é a relação com o Conselho Estadual de Cultura. A Fundação precisa compreender que os conselheiros representam a diversidade cultural, e não uma plataforma de governo. Isso é fundamental. Se não, a Fundação Catarinense se pauta na política cultural que ela entenda que deva ser a melhor. Claro que a Fundação tem as suas diretrizes, a sua plataforma de governo, mas os conselhos exercem a função de representação da sociedade. Tem todo o direito de fazer o debate, de apontar caminhos e também de exercer o seu papel de fiscalizador e ser respeitado por isso. Temos uma outra questão que é a gestão da política cultural, não se faz política cultural com mais recursos sem pessoas, isso estoura lá na ponta. Terceiro é a garantia de que os municípios como um todo e as regiões sejam respeitadas e não apenas os grandes centros.

Pelo Estado - A senhora poderia pontuar quais os maiores gargalos do sistema de educação estadual?

Luciane Carminatti - Eu diria que um grande gargalo é a remuneração e o número de professores AGTs, que na minha avaliação não se resolve com o concurso, porque são apenas 10 horas para a grande maioria

dos cargos. Outro grande gargalo é a formação continuada, qualificada e presencial. Um terceiro gargalo é a falta de envolvimento dos profissionais na educação para discutir os rumos da educação. Os professores precisam se sentir apoiados nas suas ações e responsabilizados se apoiados. Não dá só para responsabilizar o professor. O professor é responsável pela turma, pela aprendizagem, sim, mas ele precisa ser ouvido, ele precisa se sentir parte daquilo que é preciso ser feito.

Pelo Estado - A senhora atribuiria à polarização, tão presente em SC, o fato de boa parte dos municípios ainda não terem se inscrito para o segundo ciclo do Programa Escola em Tempo Integral, do governo federal?

Luciane Carminatti - Bem, eu não sei se isso tem sentido, eu precisaria verificar, ter mais elementos para poder fazer uma afirmação desta natureza. O que eu lamento, o que eu penso é que a Secretaria de Estado da Educação poderia ter uma ação mais proativa, exigindo que os municípios também possam aderir ao plano. Eu não quero crer, me parece extremamente descabido acreditar que por questões políticas, partidárias, as nossas crianças serão prejudicadas. Afinal de contas, quando o presidente Lula toma a iniciativa de criar um programa para incentivar a educação em tempo integral nos

municípios, é um gesto que deveria ser acolhido por todos. Em primeiro lugar, porque o dinheiro não pertence a um partido e nós precisamos de mais dinheiro para fazer educação de qualidade. Tem gente que acha que o Brasil investe muita grana em educação, não é verdade. Se a gente olhar a dívida histórica que temos com a educação brasileira, e se nós olharmos quanto se investe por aluno e quanto o professor recebe nos países da OCDE, o Brasil é um dos que menos investe. Em segundo lugar, é preciso que os prefeitos saibam que enquanto o filho do rico vai para a academia, vai para a escolinha, escolhe a modalidade de esporte que quer fazer, vai para a escola de idiomas, fazer um segundo idioma, nós não podemos permitir que isso seja privilégio, sendo que nós recebemos a oportunidade de garantir que os alunos das classes mais pobres tenham esse direito assegurado. Hoje 90% dos alunos em Santa Catarina estão na escola pública. E se 90% estão na escola pública, está certa a abertura um programa de ajuda financeira aos municípios que queiram aderir à educação em tempo integral, mas os prefeitos precisam aderir. Todo mundo ganha, ganha a família, ganha o aluno, ganha a escola, ganha o professor e ganha a própria comunidade, porque ao invés de ter essas crianças fazendo sabe-se lá o quê, eles estarão numa atividade esportiva, cultural ou educacional. Quem vai decidir é a escola.

Integração Editorial



/peloestado



peloestado.com.br

Produção e edição: ADI/SC - Jornalista Celina Sales com colaboração de Cláudia Carpes. Contato peloestado@gmail.com Diagramação: Celina Sales